

3

1 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES**
2 **DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – ADUFMAT – SEÇÃO**
3 **SINDICAL, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2026.** Aos 02 dias do mês de abril de
4 dois mil e vinte e seis (às 13:30h em primeira chamada e às 14:00h em segunda chamada),
5 docentes se reuniram em Assembleia Geral Ordinária da ADUFMAT. O professor Breno
6 Santos, Diretor Geral da ADUFMAT, iniciou a Assembleia informando que ela foi convocada
7 com a seguinte pauta: **1) Informes; 2) Informes qualificados sobre o processo dos 28,86%;**
8 **3) Análise de conjuntura; 4) Representação da Adufmat-Ssind na Comissão Estatuinte da**
9 **UFMT; 5) Representação da Adufmat-Ssind na Comissão Permanente de Prevenção e**
10 **Acompanhamento ao Assédio da UFMT.** Após lida e aprovada a pauta, o professor Breno
11 iniciou o ponto **1) Informes.** O professor Breno abriu o ponto apresentando os informes da
12 diretoria, que incluíram os eventos "Tchá com bolo", a representação nas atividades em
13 Brasília, a convocação do CONAD, o evento do GTPFS, o encontro da regional e a campanha
14 de solidariedade a Cuba. Ao fim dos informes, passou-se ao ponto **2) Informes qualificados**
15 **sobre o processo dos 28,86%.** O Dr. Alexandre abriu o ponto esclarecendo tratar-se de fake
16 news a informação de que o processo havia acabado; explicou que a decisão da
17 desembargadora do TRF2 é apenas um entendimento de que não se deve cortar os 28,86%,
18 sendo resposta a um agravo da UFMT; lembrou que conseguimos o trânsito em julgado da
19 decisão do ministro Falcão e que, na terça-feira da semana passada, uma juíza convocada deu
20 um despacho sem fundamentação, que chegou ao gabinete do desembargador Rui Gonçalves;
21 informou que a assessoria protocolará recurso no dia 24, quando o desembargador retorna de
22 férias, pedindo o julgamento com base no que a turma do STJ já determinou. A professora
23 Telma perguntou sobre o prazo, ao que o Dr. Alexandre respondeu que é até 4 de maio.
24 Perguntou também se há prazo para a execução após a decisão, sendo informada de que o prazo
25 está suspenso e só conta após o julgamento do agravo. O professor Maelison questionou se o
26 juiz tem obrigação de cumprir ou autonomia para executar ou não; o Dr. Alexandre esclareceu
27 que a execução determina a obrigação de pagar mensalmente, que a decisão final é do STF e
28 STJ (que já decidiram a nosso favor mais de uma vez) e que o ministro Falcão determinou que
29 a turma da qual Candice faz parte corrija o acórdão; Maelison questionou por que a decisão de
30 Falcão não pode ser uma súmula determinando o cumprimento imediato, e o advogado
31 respondeu que é necessário oportunizar a retratação da turma no TRF e, quando vier a decisão,
32 o juiz Bearse terá que cumprir. A professora Ivone lembrou uma comemoração em dezembro,
33 e o Dr. Alexandre explicou tratar-se de um equívoco jurídico que não interferirá no processo. A
34 professora Zenilda questionou em que medida o ministro Gilmar Mendes poderia ajudar,
35 considerando sua relação com a reitora; o Dr. Alexandre explicou que o Gilmar Mendes é do
36 STF, que o STF já deliberou sobre o mérito (ganhamos em 2013 com voto de Rosa Weber) e
37 que ele não decide neste processo atual. A professora Bianchini considerou estranho o processo
38 chegar justamente quando o desembargador titular está de férias; o Dr. Alexandre comentou
39 que todas as decisões equivocadas partiram de juízes convocados, que acha muito difícil três
40 juízes federais embarcarem em uma decisão equivocada e que o teste agora será a decisão da
41 turma, informando que a assessoria visitará a turma para dialogar, inclusive com a juíza
42 Candice. O professor Mauro pediu esclarecimentos gerais sobre o andamento, que foram
43 prontamente prestados pelo advogado. A professora Sirlei avaliou que os equívocos parecem
44 propositais e protelatórios; questionou se encerrar o processo tem implicações para
45 requerimentos de isonomia ou se alimenta expectativas e perguntou até onde pode ir a
46 protelação da AGU; o Dr. Alexandre concordou que há aparência de protelação, reafirmou que
47 protocolará recurso no dia 25 e que, se houver abuso, o processo volta para o ministro, que já
48 tem posição firmada. A professora Gleiva expressou esperança, mas temeu que a decisão seja
49 revertida pelo ministro; o Dr. Alexandre explicou que o ministro não pode modificar o que já

4

Av. Fernando Correa da Costa, 2367 – Cuiabá – MT – CEP. 78060-900

5

Telefones: (65)3615-8293 / (65)99686-8732- e-mail:adufmat@terra.com.br

6

50 transitou em julgado, e que, se ele voltar atrás, cabem recursos. O professor Chico avaliou a
51 decisão como política, citando a privatização de 30% do Estado de Mato Grosso e a
52 subserviência a interesses estrangeiros. A professora Telma perguntou se é possível questionar
53 a celeridade da decisão no recurso, ao que o Dr. Alexandre confirmou que sim, inclusive
54 argumentando a inexistência de fatos novos. Finalizado o ponto, passou-se ao ponto **3) Análise**
55 **de conjuntura**. O professor Breno abriu o debate, relacionando o tema dos 28,86% à atuação
56 dos militares, à defasagem salarial e à greve dos TAEs. O professor Chico saudou os
57 fundadores da Adufmat, resgatou a memória da recuperação dos documentos do sindicato e
58 considerou que as conquistas virão por meio da luta política. A professora Gleiva alertou para a
59 militarização das escolas e a perda da gestão democrática para diretores "biônicos"; criticou a
60 desarticulação com sindicatos estaduais e municipais, afirmando que estamos a reboque desse
61 processo por falta de diálogo e defendendo que os espaços de discussão da educação básica
62 sejam encampados como espaços de luta sindical. A professora Alair apontou a ascensão de
63 forças neofascistas e afirmou que a América Latina é o próximo alvo do imperialismo;
64 lamentou que as assembleias esvaziem quando a pauta jurídica dos 28,86% termina e começa a
65 pauta política; defendeu que só estamos lutando pelos 28,86% porque a Adufmat cumpriu seu
66 papel de resistência, afirmando que o problema do passivo é político, não jurídico, e conclamou
67 a categoria a ocupar o sindicato e sustentar a pauta política. O professor Chico discursou sobre
68 a crise ambiental, as reservas de água de superfície (citando que o Brasil detém 13% das
69 reservas e a Bacia Amazônica, 20%), e resgatou a responsabilidade docente e feminina nas
70 questões ambientais. A professora Gleiva fez uma reflexão afirmando que a permanência no
71 sindicato é uma via de mão dupla; relatou ter se sentido humilhada no passado por não ter
72 concluído um mandato; propôs uma autorreflexão do sindicato para promover o acolhimento,
73 ponderando que os ingressantes se assustam com certos comportamentos e que é preciso fazer
74 um *mea culpa* para entender o que a base espera. A professora Sirlei avaliou que a categoria
75 está impelida a um "silêncio reflexivo"; contrastou a geração que tinha esperança nas
76 conquistas coletivas com o intenso processo atual de individualização; questionou a falta de
77 espaços públicos para "pensar em voz alta", notando que as novas gerações sequer refletem
78 sobre a conjuntura; defendeu que os problemas do sindicato não devem ser tratados como
79 questões individuais, mas como reflexo da cultura política da nossa época, marcada por um
80 silêncio total. A professora Salete concordou, afirmando que, muitas vezes, reproduzimos o que
81 criticamos, gerando esgotamento; notou que muitos professores politizados não contribuem por
82 causa dessa crise civilizatória e que os estudantes têm dificuldade para pensar. O professor Aldi
83 resgatou memórias de um grupo que se reunia às quintas-feiras e de assembleias lotadas;
84 avaliou que o tempo mudou e que a carreira atual faz com que os docentes já entrem
85 pressionados por pontuações que mutilam as relações, tirando a humanidade do convívio; usou
86 como exemplo o fato de que a demanda por escolas cívico-militares parte de pais esgotados
87 pelo trabalho, que transferem o acompanhamento dos filhos aos militares. O professor Bertúlio
88 alertou que existem 186 escolas cívico-militares (sendo Mato Grosso o estado com o maior
89 número) e propôs criar um grupo para visitar essas escolas e debater o tema. Em seguida,
90 passou-se ao ponto **4) Representação da Adufmat-Ssind na Comissão Estatuinte da UFMT**.
91 O professor Breno contextualizou a formação da comissão. A professora Alair questionou se
92 compor a comissão é politicamente interessante, lembrando que o GTPFS já havia alertado para
93 o risco de o sindicato se misturar à administração; defendeu que a Adufmat faça o debate
94 paralelamente e o dispute em um congresso, por uma questão de preservação. A professora
95 Sirlei pediu esclarecimentos sobre a formalização da comissão e alertou que, como agentes
96 políticos, não podemos ter uma atuação ambígua nem sermos engolidos pela institucionalidade,
97 sendo preciso definir se o papel será apenas pensar um documento ou atuar como formuladores
98 de um projeto de universidade frente aos ataques sofridos. A professora Gleiva discordou,

15
99 defendendo que o papel do sindicato é ocupar esses espaços institucionais, citando sua
100 representação na CONAE como exemplo positivo; defendeu que o estatuto define a concepção
101 de universidade e que a ausência do sindicato perpetua as aberrações nos conselhos
102 universitários. O professor Aldi lembrou que assembleias anteriores já definiram que a
103 ocupação de assentos institucionais altera o caráter da atuação sindical; defendeu que a
104 Adufmat deve ter um papel fundamental no debate, mas não deve integrar o grupo de trabalho
105 da comissão. A professora Alair considerou pertinentes os questionamentos da professora Sirlei
106 sobre as atribuições da comissão (se política ou apenas de calendário); relatou sua experiência
107 como representante do ICHS no Consepe, onde atuava politicamente e cobrava visibilidade
108 para a Adufmat; defendeu a participação na comissão de organização do processo, com a
109 liberdade de se retirar caso a autonomia não fosse garantida. O professor Bertúlio avaliou que
110 atuar no processo decisório de forma institucional não é pertinente, pois compromete a
111 centralidade da autonomia sindical; pontuou que o sindicato já faz debates com os conselhos
112 sem nunca ter a palavra negada, mesmo sem assento formal. A professora Salete relatou sua
113 experiência participando de comissões (como a de enfrentamento ao feminicídio), pontuando
114 que há espaços na sociedade civil que não se confundem com a administração. O professor
115 Chico relatou uma situação de desrespeito ocorrida na PROGEP. O professor Vinícius avaliou
116 que a atuação elogiada no Consepe devia-se à postura política pessoal, e não à
117 institucionalidade, criticando que muitos representantes de classe nos conselhos atuais se
118 calam; citou a organização das comissões eleitorais como uma resposta política em defesa da
119 autonomia; manifestou-se contra a participação na estatuinte para não referendar um processo
120 pautado pela administração. A professora Sirlei reforçou que reivindicar uma estatuinte é
121 diferente de dirigir o processo institucional, o que esvaziaria a ação sindical. O professor Aldi
122 ressaltou a diferença entre processos como a Consulta Informal (conduzida pelas entidades) e a
123 comissão proposta pela Reitoria; defendeu que a Adufmat deve manter sua autonomia. A
124 professora Alair propôs que a representação focasse apenas na viabilização do processo
125 estatuinte, condicionada à garantia da autonomia e isonomia. Ficou estabelecido que a
126 Adufmat seguirá acompanhando o processo e ainda que, após a definição do perfil da
127 Comissão pelo Conselho Universitário (Consuni), previsto para ocorrer nos próximos dias, o
128 sindicato reavaliará sua participação, podendo, inclusive, decidir por sair da comissão. Por fim,
129 passou-se ao ponto **5) Representação da Adufmat-Ssind na Comissão Permanente de**
130 **Prevenção e Acompanhamento ao Assédio da UFMT.** O professor Vinícius encaminhou a
131 proposta de que o tema seja debatido previamente pelo GTPCEGDS (Grupo de Trabalho de
132 Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual) antes de
133 retornar para deliberação em Assembleia Geral, o que foi acatado. Sem mais para discussão, a
134 Assembleia Geral foi encerrada, e eu, Breno Santos, Diretor Geral, assinei abaixo esta Ata.